

23 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Os juízes e o ajuste fiscal

Que os salários da magistratura estadual estão entre os mais altos de todo o funcionalismo público, superando os dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), já é conhecido há tempo. O que não se sabia é que os vencimentos dos desembargadores dos Tribunais de Justiça superam os dos juízes de segunda instância de países desenvolvidos, como a Inglaterra e os Estados Unidos. Em alguns casos, são superiores aos dos presidentes da Suprema Corte dos países da União Europeia.

Levantamento comparativo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, sob coordenação do professor Nelson Marconi, revela que, no Tribunal de Justiça de São Paulo, alguns desembargadores receberam, entre janeiro e junho de 2016, ganho mensal líquido de R\$ 100 mil. No de Minas Gerais, foram identificados ganhos maiores, próximos a R\$ 200 mil. As duas Cortes alegaram que os desembargadores teriam recebido de uma só vez vários benefícios acumulados. Essa justificativa é usada sempre que há vencimentos elevados, quase nunca se esclarecendo o que sejam os “benefícios acumulados”.

Em média, um desembargador mineiro recebe salário mensal líquido de R\$ 56 mil – quase R\$ 20 mil acima do teto fixado pela Constituição para o funcionalismo. Já em São Paulo, um desembargador recebe salário líquido de R\$ 52 mil por mês.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, países com renda per capita maior e custo de vida superior, um juiz ganha R\$ 29 mil e um desembargador, R\$ 43 mil.

Os altos vencimentos da magistratura brasileira decorrem de pressões corporativas e artimanhas para contornar o teto constitucional. Quando o teto foi introduzido pela Emenda Constitucional da reforma da administração pública, em 1998, a ideia era incluir no cálculo os salários e todos os auxílios. Mas estes acabaram ficando de fora do cálculo, sob a justificativa da magistratura de que os “penduricalhos” não são renda, mas “verbas de natureza indenizatória”. Dependendo dos 92 tribunais, que têm diferentes padrões de contabilidade, juízes e desembargadores recebem auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio para plano de saúde e retribuição por acúmulo de jurisdição. Pela Lei Orgânica da Magistratura em vigor, os juízes e desembargadores têm direito a 10 benefícios. O projeto da nova Lei Orgânica prevê 21 benefícios – dentre eles, a concessão de dois salários extras nas férias, reembolso total por despesas médicas e odontológicas não cobertas por plano de saúde e auxílio-transporte para juízes que não tiverem carro oficial, além de prêmio por produtividade e adicionais por prestação de serviços de “natureza especial”.

Ao justificar os altos vencimentos e os expedientes para burlar o teto constitucional, as entidades da magistratura ale-

gam que a carreira de juiz precisa ter as “motivações necessárias” para atrair bons quadros. Na elaboração do projeto da nova Lei Orgânica, o ministro Luiz Fux, do STF, invocou a “necessidade de valorização institucional” da categoria para propor a transferência do poder de reajustar os salários de juízes do Congresso para o Supremo. Por causa das criativas iniciativas da magistratura para burlar o teto, especialistas em finanças públicas alertam para o ajuste fiscal em discussão. Se não houver rigor, afirmam, poderá ocorrer a fixação de um limite para o crescimento dos gastos públicos, peça-chave do ajuste. Nesse caso, os salários do Judiciário terão de se enquadrar nos limites dos gastos públicos, o que deixaria os juízes em direta competição com milhares de servidores.

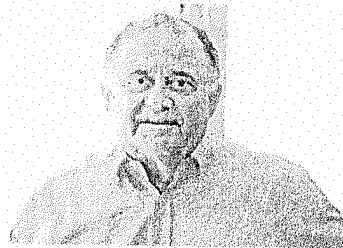
Por sua vez, o coordenador da pesquisa, Nelson Marconi, avalia que a resistência dos juízes possa levar a resultados diferentes. Nas negociações da ajuda da União aos Estados, a magistratura foi a primeira categoria a se opor à contabilização dos ganhos adicionais como parte dos salários, para efeito de adequação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. “Todas as categorias atuarão contra o ajuste fiscal, depois de ver o que os juízes conseguiram”, afirma Marconi, chamando a atenção para a mobilização dos servidores da Polícia Federal, da Receita Federal, da Advocacia-Geral da União, do Banco Central e do Tesouro Nacional.

23 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Moro autoriza empreiteiro preso da Queiroz Galvão a fazer exame oncológico

O juiz federal Sérgio Moro autorizou que o executivo Ildefonso Colares Filho (*foto*), ligado à Queiroz Galvão, saia da prisão para fazer exames médicos. O empreiteiro está custodiado preventivamente desde 2 de agosto, quando foi deflagrada a Operação Resto Um, 33.ª fase da Lava Jato. Em petição anexada aos autos da operação, a defesa de Ildefonso afirmou que o executivo “vem sendo submetido a rigoroso acompanhamento médico clínico e oncológico pós-cirúrgico de tratamento de



tumores pulmonar (diagnosticado e tratado em 2011) e hepático (diagnosticado e tratado em maio de 2016). O magistrado autorizou que os exames sejam comunicados a ele com cinco dias de antecedência.

Justiça sequestra bens de médicos por fraude

A Justiça Federal em Anápolis, em Goiás, decretou a indisponibilidade de bens de 30 médicos acusados de fraudar plantões do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Uma auditoria apontou que o coordenador do Samu local estaria registrando a própria frequência e a dos outros médicos em plantões de 24 horas, mesmo quando os médicos não apareciam ou cumpriam apenas 12 horas.

R\$ 617 mil
SERIA O PREJUÍZO
AOS COFRES
PÚBLICOS NO
CASO DO SAMU

OPERAÇÃO ZELOTES MPF quer ampliar pena de dez condenados

O Ministério Público Federal enviou à Justiça Federal em Brasília um recurso à sentença que condenou parte dos denunciados na primeira ação penal resultante da Operação Zelotes. O objetivo é aumentar as penas impostas a dez pessoas que foram processadas por interferir na aprovação de medidas provisórias que beneficiaram empresas do setor automobilístico.

R\$ 880 mil
É O VALOR DA
INDENIZAÇÃO
PEDIDA PELO MPF
NA ZELOTES

23 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Alunos participam do projeto sobre cidadania e justiça

Reportagem Local

Ibiporã - Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de todas as escolas municipais de Ibiporã e Jataizinho (Região Metropolitana de Londrina participam neste semestre do projeto "Cidadania e Justiça também aprendem na Escola". Coordenado pela 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), o projeto objetiva conscientizar professores e alunos – alcançando também seus pais e responsáveis – sobre seus direitos e deveres, mostrando como exercê-los, informando a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais serviços judiciários.

O projeto é desenvolvido em etapas. Em um primeiro momento os professores trabalham com os alunos o conteúdo da "Cartilha da Justiça", material didático que explica a função dos Três Poderes, da Justiça e da Polícia e direitos e deveres. Depois, os magistrados visitam as escolas para explicar o papel do Judiciário e esclarecer dúvidas sobre cidadania e justiça. Em seguida, são os estudantes que visitam o Fórum. Posteriormente, os alunos aplicam o conteúdo aprendido por meio de produções culturais, que podem ser redação, desenho, peça teatral,

música e júri simulado. Atualmente é realizada a segunda etapa do projeto.

Este é o segundo ano do projeto no Foro Regional de Ibiporã. Em 2015 as atividades foram realizadas com 75 alunos do 5º ano da Escola Municipal Professora Alice Roma Botti Schmitt. Com o resultado positivo e a adesão de mais magistrados, o projeto foi implantado em 13 escolas de Ibiporã e quatro de Jataizinho.

23 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

STF mantém prisão de condenado em 2ª instância

Folhapress

São Paulo - A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia decidiu na semana passada manter a prisão em segunda instância de um condenado a 19 anos por homicídio qualificado. A decisão foi divulgada nesta segunda-feira (22). As informações são da Agência Brasil.

A ministra entendeu que o habeas corpus impetrado pela defesa do condenado é inviável e disse que a decisão da Justiça de São Paulo, que determinou o cumprimento imediato da pena após a apelação, seguiu o que foi decidido pela Corte.

“Ao decidir-se pela manutenção da prisão do paciente, com o exaurimento da tramitação dos recursos em segunda instância e a interposição dos recursos especial e extraordinário sem efeito suspensivo, o julgado objeto da pre-

sente impetração harmoniza-se com o entendimento deste Supremo Tribunal”, decidiu a ministra.

Em fevereiro, o STF, por 7 votos a 4, decidiu que os condenados em segunda instância devem começar a cumprir pena antes do trânsito em julgado do processo. Com a decisão, um condenado poderá iniciar o cumprimento da pena se a Justiça de segunda instância rejeitar o recurso de apelação e mantiver a condenação definida pela primeira instância.

Apesar da decisão, o entendimento gerou polêmica nas instâncias inferiores e entre membros da Corte, que proferiram decisões conflitantes sobre o tema.

Em julho, o ministro Celso de Mello, decano do Supremo, disse que os juízes de instâncias inferiores não são obrigados a seguir a decisão da Corte. De acordo com o ministro,

que ficou vencido na votação, a decisão não obriga os juízes a seguir a decisão.

No início do mês, o ministro Edson Fachin desfez uma decisão liminar concedida pelo presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, que soltou o ex-prefeito de Marizópolis (PB) José Vieira da Silva. No despacho, Fachin entendeu que a decisão do plenário deve prevalecer.

Para tentar pôr fim às decisões conflitantes, o STF deve julgar uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para suspender prisões de condenados na segunda instância da Justiça antes do fim de todos os recursos.

A OAB pediu ao Supremo que reconheça a constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal, que prevê a decretação de prisão somente em casos em flagrante ou em decorrência de sentença condenatória.

23 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

MPE impugna centenas de candidatos em Londrina

Praticamente todos os 430 candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador em Londrina e Tamarana não apresentaram certidões cíveis e criminais

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Ministério Público Eleitoral (MPE) apresentou pedidos para impugnar praticamente todos os 430 candidatos registrados a prefeito, vice-prefeito e vereador em Londrina e Tamarana (Região Metropolitana de Londrina), por causa da ausência das certidões cíveis e criminais que devem ser emitidas pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. As contestações são assinadas pelo promotor de Justiça Marcelo Briso Machado, da 41ª zona eleitoral, e pela promotora Sonia Regina de Melo Rosa, da 146ª zona eleitoral.

Os partidos e assessores jurídicos das campanhas ainda estão sendo notificados e terão, a partir daí, prazo para apresentar defesa. Conforme o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre os documentos necessários para se inscrever como candidato, estão as "certidões criminais fornecidas pela Justiça Federal e Justiça Estadual", essenciais para verificação de possíveis condenações em segundo grau, por

órgão colegiado, o que inviabilizaria a candidatura com base na Lei da Ficha Limpa.

No entanto, advogados de coligações partidárias de Londrina ouvidos pela FOLHA discordam da medida do MPE, alegando que a responsabilidade pela falta do material é totalmente do TJ. Segundo o advogado da coligação Juntos por Londrina, encabeçada pelo candidato a prefeito Valter Orsi (PSDB), Frederico Reis, "se o candidato pediu as certidões ao tribunal dentro do prazo, não pode ser punido". Ele ainda não havia sido intimado oficialmente, mas já havia sido informado por candidatos do partido sobre as impugnações. "É um excesso pedir a impugnação nessas condições."

Para o advogado Marcelo Cortez, da coligação Londrina Pode Mais, encabeçada por Marcelo Belinati (PP), "quem pode comprovar a ficha limpa dos candidatos é o TJ, que não está dando conta de atender a demanda". "Falei com o promotor e

ele tem consciência da dificuldade para todos nós. Talvez, essas impugnações possam fazer uma pressão necessária sobre o Tribunal", opinou. Cortez lembrou que a situação pode ficar ainda mais complicada em razão dos prazos apertados, se algum candidato tiver a certidão positiva. "Neste caso, deverá pedir ainda uma outra certidão explicativa e aí não dá nem para imaginar quando vai sair."

O advogado Miguel el Kadri, da coligação Sou Mais Londrina, da candidata à prefeita Sandra Graça (PRB), cujo pedido de impugnação feito pelo Ministério Público Eleitoral já constava do processo de registro disponível no portal do TSE ontem, considerou "um absurdo" a iniciativa do MPE. "Estão imputando aos candidatos uma responsabilidade que é do TJ. Entendo que não se pode liberar uma candidatura sem as certidões, mas também não é correto impedir o candidato de disputar por algo que não é sua culpa."

CONTINUA

23 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

A reportagem não conseguiu falar com a assessoria do TJ ontem, mas na semana passada, quando candidatos já reclamavam da demora para obter as certidões, o órgão respondeu ao questionamento da FOLHA alegando que havia recebido 30.639 pedidos de certidões para fins eleitorais e criou uma força-tarefa formada por 15 pessoas “para trabalhar em regime extraordinário seis dias por semana, com horário estendido até às 20 horas, exclusivamente na pesquisa, extração e envio de certidões por e-mail”.

23 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juiz recebe ação de improbidade contra Pastor Gerson Araújo

Loriane Comeli
Reportagem Local

Em decisão proferida ontem, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, admitiu a tramitação da ação civil pública por improbidade administrativa contra o ex-vereador Pastor Gerson Araújo (PSDB), que foi prefeito tampão de Londrina entre setembro e dezembro de 2012, após a cassação de Barbosa Neto e a renúncia do vice Joaquim Ribeiro.

Pastor Gerson, que é candidato a vereador nestas eleições, é acusado, ao lado de seu ex-assessor Willian Polaquini de Godoy, de ter beneficiado a Construtora Iguaçu do Brasil e seu representante Carlos Alberto Campos de Oliveira, ao supostamente forçar os proprietários a venderem para a construtora área na Avenida Henrique Manzano (zona norte). A Iguaçu é a construtora acusada de dar calote em centenas de clientes.

Os fatos – que também são objeto de ação penal por crime de estelionato e falsidade ideológica que tramita na 2ª Vara Criminal de Londrina desde novembro do ano passado – teriam ocorrido justamente no curto período em que ocupou o cargo de prefeito e Godoy, seu assessor, era seu chefe de Gabinete. Conforme a Promotoria de

Defesa do Patrimônio Público, que interpôs a ação em maio deste ano, o então chefe de gabinete do Pastor Gerson informou falsamente que a área seria desapropriada para a construção de uma Vila Olímpica e, por isso, seria avaliada por valor muito menor do que o de mercado. Assim, pressionados, os donos venderam a área à Iguaçu por R\$ 26 milhões a serem pagos em 24 vezes. Porém, nunca receberam as parcelas.

Para o juiz, ao receber a ação, “os indícios de autoria dos atos ímprobos imputados aos réus são claros”. Ele também mencionou o requerimento confeccionado pelo gabinete de Gerson Araújo em fevereiro de 2013, quando ele já não era mais prefeito e, sim, vereador. “Note-se que esse documento (...) veio a subsidiar a ação revisional proposta pela Construtora Iguaçu do Brasil em face dos [donos do terreno] com o objetivo de reduzir o preço avençado no contrato de promessa de compra e venda”, escreveu o juiz. Para o MP, nunca foi a intenção de Gerson e de seu assessor levar requerimento ao prefeito, mas, apenas ajudar a Iguaçu do Brasil a levar vantagem sobre os vendedores da área.

Araújo não chegou a completar o mandato para o qual foi eleito em 2012. Ele foi cassado pela Justiça Eleitoral porque, em 2012, fez campanha para vereador enquanto

acumulava o cargo de prefeito tampão.

Ontem, o advogado do Pastor Gerson não foi localizado. Em entrevistas anteriores e na defesa prévia apresentada ao processo por improbidade o ex-vereador nega qualquer ato ilícito. Os advogados dos outros acusados também não foram encontrados. Os réus têm prazo de 10 dias para apresentar contestação. Em seguida, deve ser marcada a audiência para ouvir testemunhas e acusados.

23 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Alargamento das leis

Como cada vez mais a exegese, isso é a interpretação, vale mais do que está escrito teríamos nos juristas algo como Champolion para hieróglifos e as letras cuneiformes. Ainda agora o STE, por maioria, fulminou a Lei da Ficha Limpa, obtida pela forma possível de democracia direta, via lei de iniciativa popular, entendendo que veto dos tribunais de contas, se não ratificados por 50% dos vereadores, seria insuficiente para fulminar um gestor e marcar-lhe com a "capitis diminutio" e um cartão amarelo avermelhado.

Isso se não inviabiliza, o diploma o fere de morte e reduz ao nanismo a relevância das cortes de contas que, no caso, têm um distanciamento dos fatos municipais que não se observa com os estaduais quase sempre cúmplices de quem está no poder, como é a circunstância histórica aqui do Paraná. E é justamente o rigor dessas glosas e vetos que vão criando uma nova base institucional para o acompanhamento das contas públicas.

Há outra questão, que não é igual, todavia conserva semelhança, é a que se examina no STJ relativamente a investigações e denúncia contra governadores se deveriam ser precedidas ou não de aprovação das suas respectivas assembleias. Ora, se assim fosse o processo estancaria e desconhecer esse fato é não interpretar adequadamente as deformações do federalismo brasileiro.

Assim, no primeiro caso – o da amplitude fiscal do TC- é visível que pode exercer plenamente tal prerrogativa e, que se lhe fosse negada, o melhor seria declarar a inexistência da corte e, no segundo, ainda ontem pela reação de Ademar Traiano, presidente do Legislativo estadual, se percebeu o grau de subordinação aos interesses do Executivo no pacote, combatido em audiência pública no plenarinho da Casa pela sociedade organizada. Imaginem se a investigação em andamento no STJ fosse precedida de autorização parlamentar, ela simplesmente não ocorreria. Quem aprova massacre afinal aceita tudo.

23 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

ÍNFORME

Delação ameaçada

A Procuradoria-Geral da República suspendeu as negociações de delação premiada do ex-presidente da OAS Léo Pinheiro. A informação foi revelada pelo jornal "O Globo" ontem. A determinação é do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, após vazamento de informações sobre as tratativas entre o empresário e os investigadores da Lava Jato. No final de semana, a revista Veja revelou que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, é citado na proposta de delação de Pinheiro. Segundo investigadores com acesso ao caso, a informação não consta em nenhum anexo - como são chamados os documentos prévios à celebração do acordo de colaboração, nos quais o delator informa o que vai contar.

Vazamento incomoda

O vazamento da informação deixou Janot muito incomodado, segundo fontes ligadas à PGR. O vazamento das informações é interpretado pela procuradoria como uma forma de pressão para concluir o acordo, que pode beneficiar Pinheiro. A delação de Léo Pinheiro tem sido uma das mais complicadas desde o início da investigação, mas nas últimas semanas avançou após a assinatura de um acordo de confidencialidade entre as partes. Agora, as tratativas foram rompidas.

Obra para Toffoli

De acordo com a reportagem da revista "Veja", Toffoli recorreu a uma empresa indicada por Léo Pinheiro para realizar uma obra em sua casa em Brasília. Ainda segundo a reportagem, o executivo da OAS informou que o próprio ministro teria custeado as despesas. Ao jornal "Estadão", Toffoli disse que não possui relação de intimidade com Léo Pinheiro e que pagou pelas reformas realizadas em sua residência.

23 AGO 2016

GAZETA DO POVO
**Aliados forçam
governo Richa a
fatiar 'pacotaço'**

Uma semana após ter encaminhado à Assembleia Legislativa um novo pacote de ajuste fiscal, o governo do estado cedeu à pressão dos deputados da base aliada e decidiu fatiar o projeto. A proposta será dividida em quatro – mudanças no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais; novas taxas; venda de ações; e demais dispositivos. A OAB do Paraná acusa inconstitucionalidade no projeto. O governo nega irregularidades.'

23 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Aliados forçam Richa a fatiar “pacotaço”

Medidas do ajuste fiscal apresentadas pelo Palácio Iguaçú encontram resistência entre deputados da bancada governista

Euclides Lucas Garcia

● Apenas uma semana depois de encaminhar à Assembleia Legislativa do Paraná um novo pacote de ajuste fiscal, o governo do estado cedeu à pressão dos deputados da base aliada e decidiu fatiar o projeto. Com 153 artigos e abordando assuntos dos mais variados num único texto, a proposta encontra resistência dentro da bancada governista, já escaudada com o desgaste de ajustes fiscais anteriores.

Tramitando em regime de urgência conforme solicitação do governador Beto Richa (PSDB), a proposta tem como objetivo levantar recursos para aumentar a capacidade de investimentos do governo em 2017. A principal medida libera o Executivo para vender ações com direito a voto de todas as empresas estatais, desde que o controle acionário seja mantido. Considerando somente a Copel e a Sanepar, por exemplo, a expectativa é arrecadar R\$ 2 bilhões.

O texto ainda permite ao governo vender imóveis de

empresas públicas, sem necessidade de autorização prévia do Legislativo. O dinheiro arrecadado com essas medidas deverá ser gasto com investimentos — o projeto não especifica quais são eles.

O ponto mais polêmico, porém, prevê a criação de uma taxa a ser cobrada de grandes empresas que são usuárias de água não tratada e de recursos minerais, permitindo uma arrecadação anual extra de R\$ 100 milhões. Segundo o governo, a cobrança vai incidir apenas sobre a energia vendida para outros estados, numa forma, inclusive, de beneficiar as empresas paranaenses, que pagarão menos que as de fora.

Recuo

Essa e outras justificativas dadas pela equipe de Richa, porém, não convenceram totalmente a base aliada. No fim da tarde de ontem, em reunião na Assembleia, o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, e o líder do governo na Casa, Luiz Claudio Romanelli (PSB), concordaram em separar o projeto em quatro propostas diferentes — mudanças no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais; novas taxas; venda de ações; demais dispositivos. O parecer já será apresentado pelo parlamentar na sessão de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A contrariedade dentro da bancada governista, entretanto, não está totalmente resolvida. A pressa

em aprovar as medidas é vista como problemática por impedir uma discussão maior de todo o pacote e ainda poder respingar negativamente em aliados nas eleições municipais de outubro.

Por telefone, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, defendeu que o “ideal seria que o projeto fosse votado da forma como foi encaminhado, apenas com as contribuições que os parlamentares possam vir a ter para melhorá-lo”.

CONTINUA

23 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REAÇÃO

Fiep diz que empresas repassarão aumento de custos à população

● Em audiência pública para debater o 'pacotão' fiscal na Assembleia Legislativa, na manhã de ontem, o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, afirmou que o projeto vai causar fortes impactos na competitividade do setor produtivo do estado. Citando especificamente as novas taxas cobradas de grandes empresas usuárias de água não tratada e de recursos minerais, ele disse que as empresas não terão condições de absorver esse aumento de custos e, portanto, serão obrigadas a repassá-lo ao consumidor final.

Segundo a entidade, a cobrança sobre o uso de recursos hídricos, por exemplo, já ocorre na área de abrangência do Comitê das

Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, que abrange Curitiba e outros 19 municípios da região. Caso o projeto seja aprovado, a Fiep calcula que os atuais R\$ 0,01 ou R\$ 0,02 pagos por metro cúbico de água captado passarão para R\$ 0,62.

"A Assembleia, como legítima representante dos cidadãos, precisa ter uma atuação efetiva nessa discussão. Ela não pode votar um projeto como esse sem analisar todos os impactos que as medidas causarão à sociedade", afirmou Campagnolo. Exaltado, o presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), rebateu as declarações: "eu lamento o episódio até porque fomos xingados aqui. Mas isso não me preocupa. Porque enquanto eu for o presidente, me perdoe o presidente da Fiep, aqui nós mandamos, ele que mande na Casa dele". (ELG)

“As reformas prejudicam a paridade entre governo e contribuintes, diminuem a possibilidade de recursos do contribuinte e reduzem até o valor das provas apresentadas pelo contribuinte.”

Betina Grupenmacher, vice-presidente da comissão de Direito Tributário da OAB.

“O projeto garante a paridade em todas as votações. Só poderá haver votação com todos os membros das câmaras presentes, o que garante número igual de conselheiros.”

Mauro Ricardo, secretário da Fazenda.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 AGO 2016

OAB diz que projeto é inconstitucional; governo nega irregularidades

Rogério Waldrigues Galindo

● A comissão de Direito Tributário da OAB paranaense criticou duramente o pacote de ajuste fiscal enviado pelo governo Beto Richa (PSDB) à Assembleia Legislativa.

Boa parte das críticas da comissão tem a ver com a reforma do Conselho de Contribuintes, órgão ligado à Receita Estadual e que tem como atribuição julgar administrativamente recursos de cidadãos e empresas que creem estar sendo cobrados injustamente pelo governo.

“As reformas prejudicam a paridade entre governo e contribuintes, diminuem a possibilidade de recursos do contribuinte e, na minha interpretação, reduzem até o valor das provas apresentadas pelo contribuinte”, afirmou a professora Betina Grubenmacher, vice-presidente da comissão.

As reformas estão sendo promovidas pelo governo do estado depois de escândalos fiscais como os descobertos no Paraná, na Operação Publicano, e no governo federal, com a Zelotes. Segundo a OAB, as novas regras, ao dificultar as contestações dos contribuintes, podem incrementar as receitas do estado.

O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, afirmou que o projeto faz exatamente o contrário do que a OAB aponta. “O projeto garante a paridade em todas as votações. Só poderá haver votação com todos os membros das câmaras presentes, o que garante número igual de conselheiros”, disse.

Segundo ele, o que acontecerá caso o novo regramento seja aprovado é que o governo terá direito a menos recursos, mas não o cidadão.

A OAB diz ainda que outros pontos do projeto têm erros legais. Exemplo é a criação de taxas para uso de recursos hídricos e de recursos minerais. Segundo a comissão, as taxas estão “disfarçadas” de fiscalização mas se parecem mais com impostos.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

A favor do "pacotão", Traiano mostra seu lado Maduro

O comandante Hugo Chavez já morreu. Sobrevive apenas através de um passarinho que transmite ordens ao sucessor, Nicolás Maduro, na presidência da Venezuela. Maduro obedece: baixa decretos esdrúxulos, destitui juízes, confisca propriedades e, com insistência, acusa os meios de comunicação, o empresariado e a oposição por todas as desgraças que seu país vive. Incluindo a do desabastecimento de papel higiênico e comida que obriga o povo a atravessar a fronteira para compras na Colômbia.

Até ontem era desconhecida a existência de um passarinho para inspirar os arroubos totalitários do presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano. Mas não há dúvi-

das de que ele se aproximou do totalitarismo de Maduro.

Irritado com críticas da OAB e da Federação das Indústrias ao mais recente pacote do governo estadual, feitas durante audiência pública realizada pela manhã na Assembleia, Traiano esparramou sua reação (1) contra a direção da Casa que liberou o plenarinho sem seu conhecimento e organizou a audiência e (2) contra, especificamente, o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, que criticou a submissão da Assembleia às ordens do Executivo sem ouvir ninguém.

O lado Maduro de Traiano saiu assim: "Eu lamento o episódio até porque fomos xingados aqui. Mas isso não me preocupa. Porque enquanto eu for o presidente, me perdoe o presidente da Fiep, aqui nós mandamos, ele que mande na Casa dele."

Democracia não bem assim que se faz — principalmente quando se instala uma polêmica justa em torno de outra investida do governo de sangrar o contribuinte ou de vender o patrimônio público sem, antes, ou-

vir as partes afetadas. Ou, como é o caso, empurrando o projeto goela abaixo dos deputados sem dar-lhes tempo suficiente para o debate.

Diante de estripulias semelhantes, de triste memória (lembrai-vos do 29 de abril de 2015!), é natural esperar que a OAB se manifeste. E o fez alinhando uma série de agressões à legalidade presentes no pacote — dentre as quais a de não oferecer garantias de que vai aplicar em investimentos o resultado da venda de imóveis e de ações da Copel e da Sanepar. A OAB quer garantias para que os R\$ 2 bilhões que o governo espera arrecadar não sejam esterilizados em tapa-buracos do custeio da máquina.

Já a Fiep levanta outra questão: o pacote cria novos custos para o setor industrial, com reflexos sobre toda a cadeia econômica — coisa que não se deve fazer em tempos tão críticos para a sobrevivência das empresas e para o emprego.

MP quer "destrancar" ação

O Ministério Público abriu um novo capítulo naquela história do grupo de advogados de Curitiba acusado de agir em conluio com funcionários de um cartório de Antonina

para, supostamente, apressar a liberação de indenizações que a Petrobrás devia a pescadores prejudicados pelo vazamento de um oleoduto na Serra do Mar e que, em 2001, emporcalhou o litoral norte paranaense.

O Tribunal de Justiça, por meio de sua 2.ª Câmara Cível, trancou a ação contra os advogados, sob alegada falta de provas. O Ministério Público se insurgiu contra a decisão e ingressou com recurso pedindo a reforma do acórdão que inocentou os advogados e, por extensão, os serventuários que teriam recebido propinas para ajudar no esquema. A promotoria criminal de Antonina constatou queima de documentos, troca de e-mails, depoimentos e outras evidências, anexando-os ao inquérito que serviu de base para a abertura da ação.

Por dois votos a um, porém, os desembargadores da 2.ª Câmara desconhecaram as provas e mandaram extinguir a ação. Segundo o MP, após manifestação do TJ, o próximo passo poderá ser o de recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A OAB quer garantias para que os R\$ 2 bilhões que o governo espera arrecadar não sejam esterilizados em tapa-buracos do custeio da máquina.

23 AGO 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Lembrando Dra. Zilda

Nesta quinta-feira, uma celebração eucarística será realizada às 12 horas, no Santuário Nossa Senhora de Guadalupe, em homenagem aos 82 anos de idade que a médica Zilda Arns completaria na data se estivesse viva. A iniciativa é da Pastoral da Criança. Dra. Zilda morreu em janeiro de 2010 durante um terremoto no Haiti. A missa será presidida pelo padre Reginaldo Manzotti.

Ao contrário do filho, um Portugal muito sério

O Ministério Público do Paraná promove hoje cerimônia em homenagem ao centenário de nascimento de João Cid de Macedo Portugal, primeiro procurador-geral de Justiça do Paraná. O ato, às 15 horas, na sala do atual procurador-geral, Ivonei Sfoggia, faz parte das comemorações dos 125 anos do MPE. João Cid é pai do humorista Diogo Portugal, que não estará presente por motivo de trabalho. Na última quinta-feira, ele deu uma palestra aos estagiários do MP com o tema empreendendo o riso, em que contou como enveredou para o humor ao contrário da expectativa do pai. E, claro, contou algumas piadas, todas de advogados, arrancando muitas gargalhadas da plateia.

Zapeando

Mário Luiz Ramidoff, professor do Centro Universitário Curitiba, toma posse hoje, às 18h, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

23 AGO 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



23 AGO 2016

GAZETA DO POVO

● PERSONAGEM

Juiz Sergio Moro deve concluir trabalho na Lava Jato, mas a operação continua

Força-tarefa afirma que investigação ainda está longe do fim, mas deve subir de instância

Kelli Kadanus

● A cada nova fase deflagrada da Operação Lava Jato, a expectativa do juiz federal Sergio Moro, que conduz os casos na Justiça Federal em Curitiba, de ver o caso encerrado ainda neste ano parece ficar mais distante. No mês passado, Moro afirmou que como a maioria das empresas investigadas já foi acusada ou julgada, o trabalho não deveria demorar a acabar na primeira instância. Mas, se depender da força-tarefa que investiga o caso, a previsão do juiz pode não se confirmar.

Recentemente a Polícia Federal deflagrou a 33.^a fase da Lava Jato, cujo alvo foi a empreiteira Queiroz Galvão. Pelo nome escolhido para batizar a nova etapa — Resto Um —, a impressão poderia ser de que se está prestes a chegar no desfecho final da operação. Segundo a força-tarefa, porém, o nome “remete tão somente ao fato de se tratar da última empresa de grande porte investigada na formação do cartel junto a Petrobras, não remetendo a um possível encerramento das investigações da

Sergio Moro acredita que o trabalho na Lava Jato não deve demorar para acabar em primeira instância.

Operação Lava Jato que busca alcançar ainda diversos outros fatos criminosos e demais empresas e pessoas participantes de negócios ilícitos junto a estatal”.

Na última segunda-feira (15), Moro aceitou mais uma denúncia do MPF envolvendo a Lava Jato. Viraram réus 14 envolvidos em irregularidades na construção do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) da Petrobras no Rio de Janeiro. A denúncia é um desdobramento da 31.^a fase da Lava Jato, batizada de Abismo.

Ex-presidente

Um dos caminhos que ainda parece longo para a investigação é o envolvimento do ex-presidente Lula no esquema.

LULA SERÁ

Lula pode ser o último “peixe grande” a ser fígado pelas investigações da Lava Jato, a maior operação contra a corrupção da história do Brasil.

No mês passado, o Ministério Público de Brasília apresentou a primeira denúncia contra Lula na Lava Jato.

O PRÓXIMO?

O ex-presidente foi acusado junto com Delcídio do Amaral, o banqueiro André Esteves, o pecuarista José Carlos Bumlai e mais três pessoas de atrapalhar as investigações da operação. Segundo a denúncia, os acusados tentaram comprar o silêncio do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró para que ele não fizesse um acordo de colaboração premiada.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NAMIRA

A Polícia Federal começou o cerco a Lula em agosto de 2015. De lá para cá, a operação tem chegado cada vez mais perto do ex-presidente.

ATIBAIA

Pelo menos quatro linhas de investigação contra o petista estão em aberto na Lava Jato. Uma delas trata da propriedade de um sítio em Atibaia, interior de São Paulo. Um laudo da Polícia Federal apontou que a propriedade só tem indícios de utilização por parte da família de Lula, embora a defesa do ex-presidente negue que ele seja o real proprietário. O sítio passou por reformas com mão de obra das empreiteiras OAS e Odebrecht.

TRIPLEX

Outra investigação é em relação às condições de compra de um triplex no Guarujá, litoral de São Paulo. O imóvel foi vendido à família de Lula pela Construtora OAS, responsável pela reforma do local, e a força-tarefa investiga se a transação pode ter sido uma maneira de pagamento de propina ao petista.

CELSO DANIEL

Não ficou claro o envolvimento de Lula em relação ao Caso Celso Daniel, que voltou à tona com a Operação Carbono 14. A força-tarefa investiga um esquema de lavagem de cerca de R\$ 12 milhões, que teriam sido emprestados pelo Banco Schahin ao pecuarista José Carlos Bumlai, amigo pessoal de Lula. Parte do dinheiro – R\$ 6 milhões – teria sido usada para comprar o silêncio do empresário Ronan Maria Pinto – que ameaçava envolver Lula e pessoas próximas dele no caso Celso Daniel. Em 2002, o então prefeito de Santo André Celso Daniel foi torturado e morto com 13 tiros. As investigações da Polícia não são conclusivas em relação ao assassinato.

23 AGO 2016

PALESTRAS

Precisam de explicação pagamentos para a LILS – empresa de palestras do ex-presidente – e doações para o Instituto Lula investigados na Operação Aletheia, que teve o ex-presidente como alvo em março deste ano. Segundo o MPF, as cinco maiores empreiteiras investigadas na Lava Jato foram responsáveis por 60% das doações ao Instituto Lula e 47% dos pagamentos por palestras entre 2011 e 2014. O valor chega a R\$ 30,7 milhões.

23 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Interferência excessiva do STF

CARLOS HENRIQUE ABRÃO E ÉRICA GORGA

O Poder Judiciário, com a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no processo de impeachment, tornou-se o mais político dos Poderes.

Primeiro, o STF afrontou a Constituição Federal, ao decidir que a Câmara dos Deputados não tem autonomia para instaurar o impeachment. O artigo 51 da Carta Maior é bastante claro: compete privativamente à Câmara autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente. Privativamente é sinônimo de exclusivamente. O STF, todavia, transferiu esse poder exclusivo ao Senado Federal.

Muitos alegaram que tal transferência não interferiria na separação dos Poderes. Engano: o esvaziamento do Legislativo pelo STF apenas começou com tal decisão relatada pelo ministro Luís Roberto Barroso.

Em decisão monocrática, o ministro do STF Marco Aurélio Mello determinou, erroneamente, que o presidente da Câmara acolhesse o pedido de impeachment contra o então vice-presidente Michel Temer.

Se o Regimento Interno da Câmara assegura recurso ao plenário sobre decisão do presidente da casa que indefira o recebimento da denúncia de crime de responsabilidade, claramente não há competência do STF para discutir a matéria.

Decisão do STF no processo de impeachment agride a democracia baseada no princípio de separação e independência dos Poderes

Se os prazos para a decisão do presidente da Câmara não são claros no regimento interno, isso também não compete ao Supremo. O Legislativo, tal como o STF, é independente para determinar seus próprios prazos quando não definidos em leis.

O afastamento de Eduardo Cunha de seu cargo de deputado federal e da presidência da Câmara mostrou, de novo, que o Legislativo é poder secundário. A decisão unânime e “excepcional” — feliz coincidência, é claro — do STF afronta o princípio da separação dos Poderes.

Como pôde o Supremo conferir o resultado prático da suspensão decretada em decisão liminar, sem ampla defesa? Tal decisão agride, sobretudo, os direitos de todos os deputados, que tiveram o poder de julgar Cunha esvaziado.

Legislativo e Judiciário, definitivamente, não são mais Poderes em pé de igualdade. Rasgou-se a cláusula pétrea, artigo 2^a da Constituição: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legisla-

tivo, o Executivo e o Judiciário”.

O ex-advogado-geral da União José Eduardo Cardozo também tentou macular a competência da Câmara, e os votos de 367 deputados federais favoráveis ao afastamento da presidente Dilma Rousseff, ao pedir a anulação do impeachment perante o STF.

No entanto, segundo a Constituição e a lei 1079/50, julgar o mérito do processo e as razões de sua abertura não são atribuições do Supremo. São competências privativas da Câmara, o que dispensaria a votação no Senado concluída em 12 de maio, uma interferência excessiva da corte superior. O julgamento, esse sim, é político e de competência exclusiva do Senado Federal, sob o comando do Supremo.

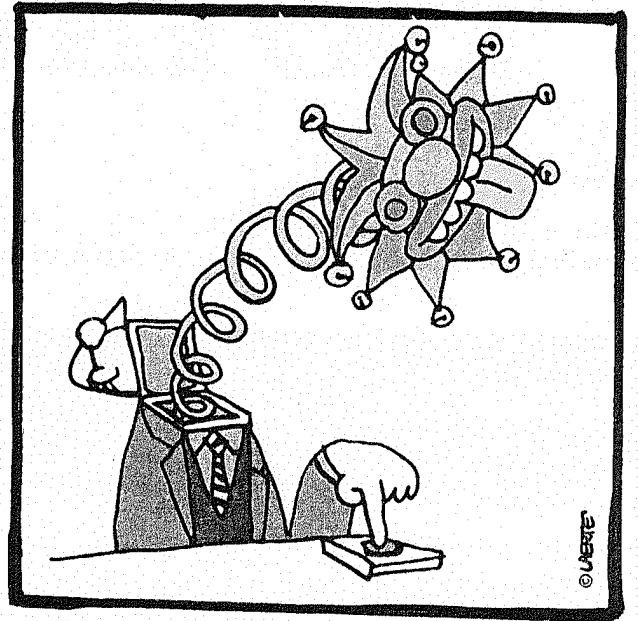
Todavia, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, afirma caber ao tribunal a apreciação do conteúdo político do impeachment. É a judicialização inócua do início ao fim, que agride a democracia baseada no princípio de separação e independência dos Poderes.

CARLOS HENRIQUE ABRÃO é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e professor pesquisador convidado da Universidade de Heidelberg (Alemanha)

ÉRICA GORGA, advogada, doutora em direito pela USP, foi professora visitante na Cornell Law School (EUA)

23 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO



23 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Após pressão do STF, Janot paralisa negociação com OAS

Decisão ocorre após reportagem mostrar
menção a Dias Toffoli em delação

**Ministros do Supremo
cobraram procurador-
geral; Gilmar Mendes
vê sinais de 'retaliação'
de Ministério Público**

DE BRASÍLIA
DA ENVIADA A CURITIBA
DE SÃO PAULO

Em meio à cobrança de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, anunciou o rompimento das negociações de delação premiada com Léo Pincheiro, ex-presidente da empreiteira, um dos principais alvos da Operação Lava Jato.

A decisão ocorreu após ter vazado que o nome do ministro do STF José Antônio Dias Toffoli havia sido mencionado nas conversas entre Pincheiro e procuradores da República. A informação foi divulgada pela revista "Veja" no fim de semana.

O vazamento provocou uma reação de ministros do Supremo contra a PGR nos bastidores sob a avaliação de que não há, ao menos por ora, nenhum indício de crime contra Toffoli.

A história envolvendo o ministro e a OAS não teria, segundo advogados e investigadores, se transformado em um anexo da pré-delação — ou seja, oficialmente o caso estaria fora do "cardápio" da colaboração.

O ministro Gilmar Mendes afirmou à **Folha** suspeitar que a citação ao colega de Supremo tenha vazado a partir de procuradores.

"Não quero fazer imputação, mas os dados indicam que a investigação [do vazamento] deve começar pelos próprios investigadores. Estão com mais liberdade do que o normal. (...) Eu diria que o vazamento não é de interesse dos delatores. Acho que é dos investigadores, como tem se repetido em outros casos", afirmou Mendes.

De acordo com o ministro, há sinais de retaliação de procuradores a decisões de ministros do STF — Toffoli é autor, por exemplo, da decisão que tirou da cadeia o ex-ministro Paulo Bernardo, alvo da Operação Custo Brasil, o que contrariou integrantes da Lava Jato.

"Essas autoridades que estão investidas desse poder investigatório, que podem fazer qualquer coisa, e isso é inaceitável. Eles vão querer agora imputar [o vazamento] aos delatores, que ficam prejudicados? As probabilidades não indicam isso", afirmou Mendes.

Nesta segunda (22), o jornal "O Globo" publicou que a Procuradoria havia decidido suspender as conversas com a empreiteira sob o argumento de que um acordo de confidencialidade entre as partes havia sido assinado na semana passada.

A tarde, por meio de sua assessoria, a PGR declarou que a negociação "está rompida". O procurador Rodrigo Janot não deu declarações.

Há pelo menos dois meses circula a informação de que os investigadores estavam questionando delatores sobre integrantes do Judiciário. O episódio envolvendo Toffoli foi o estopim para acirrar a crise entre procuradores e juízes. No fim de semana, houve mobilização de integrantes do Judiciário, por meio de telefonemas e troca de mensagens, no sentido de sinalizar que "vazamentos" não seriam mais aceitos. O objetivo foi dar um recado de que delações vazadas não serão homologadas pelo Supremo.

CONTINUA

23 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

INFILTRAÇÃO

Segundo a reportagem da “Veja”, Léo Pinheiro relatou à Lava Jato que engenheiros da OAS fizeram uma vistoria na casa de Toffoli em Brasília após ele se queixar ao presidente da empreiteira de problemas de infiltração. O ministro então contratou uma empresa indicada pelo empreiteiro para fazer a reforma. O ministro do STF diz ter pago a obra do seu próprio bolso. A reportagem da **Folha** confirmou que Toffoli foi citado nas conversas.

Dentre os possíveis citados na delação de Pinheiro poderia estar inclusive o presidente interino Michel Temer. Mensagens no celular do empreiteiro trazem referência a um repasse de R\$ 5 milhões para o peemedebista —sua assessoria informou se tratar de doação oficial. (AGUIRRE TALENTO, GABRIEL MASCARENHAS, BEA MEGALE, DANIELA LIMA E MARIO CESAR CARVALHO)

CONTINUA

DELAÇÃO CANCELADA

Procuradoria rompe negociação com o ex-presidente da OAS

O QUE LÉO PINHEIRO PROMETEU RELATAR



Aécio Neves (PSDB)

Repasse de R\$ 3 mi em propina para um dos principais auxiliares de Aécio, Oswaldo Borges da Costa Filho. O valor se refere a 3% da obra da Cidade Administrativa, sede do governo de MG



Outro Lado

Aécio afirma que as declarações são "falsas e absurdas"



Lula (PT)

OAS preparou apartamento em Guarujá (SP) e bancou reformas em sítio em Atibaia (SP) para a família de Lula



Outro Lado

Lula diz que não é dono dos imóveis



Dilma Rousseff (PT)

Pagamento de dívidas da campanha de Dilma de 2010. A empreiteira teria repassado R\$ 717 mil para a agência Pepper, que cuidava da petista nas redes sociais



Outro Lado

A agência disse que não recebeu pagamento da OAS



Marina Silva (Rede)

Representantes de Marina pediram contribuição via caixa dois para a campanha de 2010 porque ela não queria ser associada a empreiteiras



Outro Lado

Marina nega ter recebido doação irregular

PASSO A PASSO DE UMA DELAÇÃO

Acordo que concede benefícios a investigados em troca de informações

1

Contato

Defesa de investigado informa a força-tarefa da Lava Jato sobre o interesse em fazer delação premiada

2

Sondagem

É feita reunião entre investigado, defesa e pelo menos dois procuradores para apresentar os temas a serem revelados

3

Sigilo

É assinado um termo de confidencialidade contra vazamento de informações; o acordo de Pinheiro acabara de passar dessa fase

4

Contrato

É redigido um documento com as cláusulas do acordo, incluindo os benefícios para o investigado. O contrato é assinado

5

Homologação

Após os depoimentos, contrato e gravações são enviados ao juiz, que aprova ou desaprova a colaboração

OUTRO LADO

EMPREITEIRA DIZ QUE NÃO COMENTARÁ

Procurada por meio de sua assessoria de imprensa para se manifestar sobre a decisão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a empreiteira OAS afirmou à reportagem da Folha apenas que "não comentará o assunto".

23 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

CORTINA QUEIMADA

O vazamento de informações que envolvem o ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), na delação da OAS abriu uma crise entre a corte e o Ministério Público Federal. O ministro Gilmar Mendes diz que os magistrados podem estar diante de “algo mórbido que merece a mais veemente resposta”.

DO BEM

Além de defender que seja investigada a possibilidade de os próprios procuradores terem vazado a citação a Toffoli, Mendes faz críticas contundentes a algumas das dez propostas de combate à corrupção elaboradas pelo Ministério Público Federal. “Eles estão defendendo até a validação de provas obtidas de forma ilícita, desde que de boa-fé. O que isso significa? Que pode haver tortura feita de boa-fé para obter confissão? E que ela deve ser validada?”

PODER TOTAL

Segue Mendes: “Já estamos nos avizinando do terreno perigoso de delírios totalitários. Me parece que [os procuradores da Lava Jato] estão possuídos de um tipo de teoria absolutista de combate ao crime a qualquer preço”.

ALVO CERTO

Sobre a citação a Toffoli feita pela OAS, ele afirma: “Não é de se excluir que isso esteja num contexto em que os próprios investigadores tentam induzir os delatores a darem a resposta desejada ou almejada contra pessoas que, no entendimento deles, estejam contrariando seus interesses”.

LINHAS TORTAS

Para Mendes, decisões de Toffoli que davam liberdade a réus da Lava Jato e que fatiavam as investigações “contrariaram [os procuradores] a tal ponto que alguns deles chegaram a escrever um artigo na **Folha** [em 3 de julho] achincalhando o ministro”.

●
O texto criticava decisão do magistrado de libertar o ex-ministro Paulo Bernardo, da Comunicação.

PAINEL

Rumo ao Sul A Procuradoria-Geral da República pediu ao Supremo para que o Ministério Público em Curitiba investigue se o ex-ministro Henrique Alves cometeu crime financeiro. Ele já foi denunciado ao STF por corrupção e lavagem de dinheiro.

Ralé O fim da negociação da PGR com Leo Pinheiro, após a notícia de que ele citou Dias Toffoli na delação, irritou políticos. “Quando vaza contra o STF, paralisa. Quando é contra a gente, nada! Cade o *erga omnes*?”, questionou um ministro de Temer.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Tratamento especial

BRASILIA - A tocha olímpica mal se apagou e a Lava Jato voltou a incendiar o noticiário. A Procuradoria-Geral da República rompeu as conversas com Léo Pinheiro, o ex-presidente da OAS. Ele negociava uma delação que ameaça implodir boa parte do mundo político.

O empreiteiro parece ter dinamite suficiente para abalar todas as facções da disputa pelo poder em Brasília. Até ser preso, ele mantinha relação próxima com personagens do governo afastado e do interino. Também circulava na cúpula do Judiciário, uma zona de sombra que começa a ser iluminada pela investigação.

Pinheiro já deu pistas sobre Lula, Michel Temer e Aécio Neves, para citar apenas três personagens. Ele participou das obras no sítio de Atibaia, frequentado pelo ex-presidente. Foi cobrado por Eduardo Cunha por causa de um repasse de R\$ 5 milhões ao interino. Relatou o pagamento de propina na maior obra do tucano como governador de Minas Gerais.

Todos os citados negam irregularidades, e o empreiteiro ainda precisa apresentar provas de tudo o que diz. O que importa aqui é mostrar como sua rede de contatos era ecumênica e generosa com políticos rivais.

O fim de semana trouxe um fato novo: a publicação, pela revista "Veja", de uma reportagem que indica proximidade entre Pinheiro e o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal. Os indícios parecem frágeis, mas foram suficientes para elevar ao máximo a tensão entre o tribunal e a Procuradoria.

Nesta segunda (22), o Ministério Público anunciou que a negociação com o ex-chefe da OAS está encerrada. O motivo alegado é a quebra de confidencialidade na delação. Há muitas teorias para explicar o episódio, mas nenhuma delas pode driblar um fato concreto. É a primeira vez que o vazamento de informações é usado para anular um acordo da Lava Jato. As negociações de Delcídio do Amaral, Sérgio Machado, Ricardo Pessoa e Marcelo Odebrecht jorraram à vontade, sem represálias.

23 AGO 2016

23 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Temer pede suspensão de reajustes e quer barrar aumento no Supremo

Objetivo é aprovar limite de gastos e deixar discussão de salários do funcionalismo para depois

Temer pede a líderes empenho em votações, para que discussão de medidas não fique para depois das eleições

O presidente interino, Michel Temer, pediu a seus aliados no Congresso para suspender temporariamente a votação de projetos que reajustam salários de servidores públicos e quer barrar o aumento salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

A ideia é esperar não só a conclusão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, cujo julgamento pelo Senado terá início nesta quinta-feira (25), mas também a votação da proposta que cria um teto para os gastos públicos, limitando o aumento das despesas à inflação registrada no ano anterior.

Após críticas por causa de concessões feitas na área fiscal, o governo Temer tenta mostrar que não vai aprovar aumentos salariais antes de garantir a aprovação das medidas que limitam o crescimento das despesas públicas.

Na Câmara, devem ficar na gaveta os projetos de lei que tratam de reajustes salariais de dez categorias de servidores, entre eles os da Receita Federal e da Polícia Federal.

No Senado, o governo tenta retirar a urgência da proposta de aumento para os ministros do Supremo, que eleva os salários de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil, o que aumentaria o teto do funcionalismo público em todo o país.

Temer decidiu acatar pedido do PSDB, que é contra o reajuste por causa da crise econômica e do impacto que teria nos gastos com pessoal da União, dos Estados e dos municípios. Não há garantia, porém, de que o acerto será cumprido, porque outros aliados são a favor do aumento.

Logo após Temer assumir como interino, o governo sancionou um pacote de reajustes para diversas categorias do funcionalismo, com impacto de R\$ 68 bilhões até 2018.

A medida tornou Temer alvo de críticas e desconfiança, por aumentar os gastos públicos em meio à recessão econômica e num momento em que o governo prevê fechar as contas deste ano com deficit de R\$ 170,5 bilhões.

SEGURAR

Nesta segunda-feira (22), o ministro Geddel Vieira Lima, chefe da Secretaria de Governo, disse que está na hora de conter os reajustes. "O que passou, passou. Agora é o

momento de segurar um pouco essa questão de reajuste", disse. "O país precisa aprovar reformas estruturantes e mostrar compromisso com o combate ao deficit público."

Ele participou de almoço com o presidente interino e líderes aliados na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirmou que o plano será barrar o aumento do STF, com apoio do Palácio do Planalto, e só analisar os outros projetos depois que ficar assegurada a aprovação do teto dos gastos públicos.

O PSDB se manifestou publicamente contra os recuos do governo na área fiscal e atuou para derrubar alguns reajustes salariais.

Durante o encontro desta segunda-feira, Temer fez um apelo aos líderes partidários para que eles mobilizem os deputados para as votações dos próximos meses. O governo teme que, com o avanço das campanhas eleitorais, o Congresso possa ficar esvaziado, inviabilizando a aprovação de medidas importantes, como as reformas trabalhista e previdenciária. (GUSTAVO URIBE, MARIANA HAUBERT, EDUARDO CUCOLO E VALDO CRUZ)

FOLHA DE S. PAULO

Dificuldade de aprovar teto não mexe com cenário para deficit

23 AGO 2016

As dificuldades que o governo pode vir a ter para obter aprovação no Congresso para a proposta que limita o crescimento do gasto federal à inflação por até 20 anos não pesaram nas avaliações de analistas sobre o deficit primário (diferença entre receitas e despesas, não incluindo os gastos com juros).

O cenário projetado por especialistas consultados pelo Banco Central, para o boletim Focus (realizado semanalmente), não teve alterações significativas nas estimativas para os próximos anos: deficit de 2,5% do PIB, neste ano, de 2,1%, no ano que vem, e de 1,1%, em 2018.

A única mudança nas projeções está em 2020. Analistas estimam agora superavit primário de 0,7% do PIB, 0,3 ponto percentual menos que na previsão da semana anterior — para 2019, eles preveem que o saldo ficará zerado.

O projeto de teto de gasto federal ainda está na Câmara, mas já enfrenta resistência no Senado até mesmo da base aliada de Temer.

A possibilidade de haver uma redução nas despesas com saúde e educação é um dos entraves.

PIB E INFLAÇÃO

Os analistas consultados pelo BC elevaram a previsão de alta do PIB em 2017 de 1,1% para 1,2%. A projeção de inflação no ano que vem passou de 5,14% para 5,12%.

Votação sobre renegociação de Estados é adiada

O apelo feito pelo presidente interino, Michel Temer, para que os deputados compareçam à Câmara nos esforços concentrados durante o período de campanha eleitoral não surtiu o efeito esperado nesta segunda (22).

A votação final do projeto que trata da renegociação das dívidas dos Estados com a União, marcada para esta segunda, foi adiada por falta de quorum.

Uma nova tentativa será feita nesta terça-feira (23), caso haja parlamentares suficientes para garantir uma vitória do governo, que precisa de pelo menos 257 votos favoráveis para derrubar os destaques apresentados.

A Câmara dos Deputados aprovou há duas semanas o texto-base do projeto, mas ainda precisa votar emendas que podem alterar a proposta.

Uma das emendas em análise na Câmara, do líder do PT, deputado Afonso Florence (BA), aumenta os repasses para o FPE (Fundo de Participação dos Estados) nos próximos dois anos.

Outro destaque retira do texto os artigos que limitam o aumento dos gastos estaduais pelos próximos dois anos à inflação. Essa é a única exigência para que os Estados tenham o benefício de esticar em 20 anos o pagamento das suas dívidas com a União e obter ainda descontos adicionais nas prestações até 2018, a um custo total de R\$ 50 bilhões.

Há ainda propostas para excluir despesas com saúde, educação e segurança pública do teto de gastos corrigido pelo IPCA nos próximos dois anos.

Há resistência, principalmente, das bancadas dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por serem menos endividados, esses governos são os que menos vão ganhar com a renegociação. O governo prometeu ajudar esses Estados, mas não quer tratar disso nesse projeto.

23 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Alternativas à prisão

O governo do Estado de São Paulo continua às voltas com uma deficiência grave: a superlotação de prisões. Até mesmo locais de detenção inaugurados em anos recentes abrigam mais presos do que foram projetados para comportar.

A situação irregular tornou-se evidente sábado (20) em reportagem da **Folha**: dos 20 estabelecimentos prisionais que passaram a funcionar desde 2010, há 18 cuja população já ultrapassou a capacidade prevista. E as duas exceções, em Piracicaba e Florínea, só não têm excesso porque entraram em operação há poucos meses.

As duas dezenas de penitenciárias masculinas e femininas, CDPs (Centros de Detenção Provisória) e CPPs (Centros de Progressão Penitenciária) contam com 17.613 vagas e 26.872 detidos, um excedente de 53%. A pior situação se observa em Capela do Alto, unidade que acumula 1.935 presos nas 847 vagas para as quais foi construída.

A gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) pondera que criou mais de 26 mil vagas, desde 2010, e que outros 18 presídios se encontram em construção, com prazo de conclusão em 2018 e investimento de R\$ 883,7 milhões. O contínuo aumento da demanda por vagas, alega-se, decorre de uma política rigorosa de segurança que tem diminuído os índices de criminalidade.

São fatos: no primeiro semestre de 2016 o número de vítimas de homicídio recuou 12%, um índice de 8,56 por 100 mil paulistas (um terço da média nacional de 29,1/100 mil); a taxa de encarceramento no Estado, por sua vez, é de cerca de 500 presos por 100 mil habitantes (a cifra brasileira se acha em 306/100 mil).

Ocorre que em São Paulo, como em todo o Brasil, a superpopulação é em grande parte evitável. Cerca de 40% do contingente encarcerado se compõe de presos provisórios, sem sentença definitiva.

Estima-se que 5% estejam apriisionados de maneira indevida. Além disso, também é da ordem de 40% a proporção dos condenados e acusados por crimes contra o patrimônio, sem envolver violência ou grave ameaça a outrem.

São detentos que não deveriam estar ali. No caso dos provisórios e dos presos irregularmente, trata-se de vítimas da ineficiência do Judiciário, cuja lentidão prolonga sua permanência em prisões dominadas pelo crime organizado.

Os tribunais deveriam também contemplar com maior abrangência, para crimes não violentos, penas alternativas como multas e restrições de direitos (a viajar, por exemplo). Seria mais barato — e menos arriscado — do que amontoá-los em celas com os facinoras.

23 AGO 2016

BEMPARANÁ

Feliz enquanto dure: número de divórcios salta 168% no PR

Desde que nova lei permitiu a separação em cartórios,
número de casamentos dissolvidos disparou

Rodolfo Luis Kowalski —

Os versos de Vinicius de Moraes "Que não seja imortal, posto que é chama / mas que seja infinito enquanto dure", talvez nunca tenham feito tanto sentido. Desde 2007, quando entrou em vigor a Lei nº 11.441/07, que trouxe novos procedimentos extrajudiciais aos casos de separação e divórcio consensuais, o número de divórcios disparou no Paraná. Aí, há de se reconhecer que o "poetinha" conhecia do riscado. Afinal, casou-se nove vezes ao longo de seus 66 anos de vida.

Segundo dados da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR), entre 2007 e 2015 o número de divórcios no estado aumentou 168%. Em 2007, primeiro ano com a nova legislação em vigor, o número de casamentos dissolvidos no Paraná foi de 3.089. Em 2015 foram 8.276, enquanto neste ano, até ontem, haviam sido 4.582.

Se no princípio era o desquite, uma forma de separação do casal e de seus bens materiais, sem romper o vínculo conjugal (o que impedia novos casamentos), a partir de 1977, com a Lei do Divórcio sancionada pelo presidente Ernesto Geisel, surgiram duas

novas formas de rompimento do matrimônio — a separação, que estimula a reconciliação e impede um novo casamento, e o divórcio, que rompe definitivamente o vínculo conjugal e permite uma nova união.

A partir de 2007 e aliado à Emenda 66/2010, que passou a permitir o divórcio direto independente de prazo, os divórcios puderam ser feitos em cartórios, o que desburocratizou o processo e fez aumentar ainda mais as separações (hoje, divórcio e separação são praticamente a mesma coisa). Daí, portanto, pode-se inferir que, mais do que nunca, o "felizes para sempre" foi substituído pelo "felizes enquanto dure".

E se no Paraná houve uma explosão no número de divórcios, em Curitiba a situação se repete. Na Capital, o número de casamentos dissolvidos saltou 144,14%, passando de 793 casais em 1997 separados para 1.936 em 2015. Em 2016, já foram consumados 952 processos de separação na "Cidade Sorriso".

Em meio ao mar de divórcios, no entanto, ainda há espaço para um registro esperançoso. É que entre 2014 e 2015 o número de separações registrou queda tanto

na Capital como no Estado, de 5,93% e 7,88%, respectivamente. Em 2014, foram registrados 2.058 divórcios em Curitiba. Em 2015, o número caiu para 1.936. Já no Paraná, haviam sido 8.984 separações no ano retrasado, enquanto no ano passado foram 8.276.

CONTINUA

23 AGO 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

DIVÓCIOS

Paraná		Curitiba	
2016*	4582	2016*	952
2015	8276	2015	1936
2014	8984	2014	2058
2013	8802	2013	1998
2012	8212	2012	2009
2011	8175	2011	2215
2010	6316	2010	1745
2009	4324	2009	1242
2008	4145	2008	1207
2007	3089	2007	793

*Dados de 2016 até 22 de agosto

23 AGO 2016

BEMPARANÁ

Defensoria muda horário

A sede central da Defensoria Pública do Paraná em Curitiba vai mudar o horário de atendimento ao público externo a partir do próximo dia 29 de agosto. O Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), que antes funcionava das 8h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira, vai passar para o período das 12 às 17 horas, com a distribuição de 50 senhas diárias. As senhas são para o atendimento inicial (triagem). Os horários para acompanhamento de processos e para atendimentos específicos continuam os mesmos.

De acordo com o defensor público Marcelo Diniz, coordenador do CAM, a mudança é necessária para adequar o horário do expediente aos horários dos demais órgãos de Justiça, além de melhorar a dinâmica do atendimento à população. "Há uma determinação para que as Defensorias no Interior atendam ao público só depois do meio-dia, porque é o horário forense, é o período em que as pessoas estão acostumadas a procurar os serviços jurídicos. Curitiba era a única que destoava. O horário em que as pessoas mais buscam a Defensoria Pública é justamente o da tarde", justifica. Diniz explica ainda que a adequação do expediente também deve dar mais celeridade ao atendimento ao público.

23 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Delação do ex-presidente da OAS é cancelada pela PGR

Vazamento sobre delação teria sido o motivo da anulação

A Procuradoria-Geral da República (PGR) cancelou a negociação para que um possível acordo de delação premiada fosse feito com o ex-presidente da construtora OAS, Léo Pinheiro. A informação foi confirmada pela procuradoria, mas os motivos que levaram ao encerramento da negociação para o acordo não foram informados.

De acordo com reportagem publicada nesta segunda (22) pelo jornal O Globo, o motivo do cancelamento da negociação foi o vazamento de informações sobre a delação de Léo Pinheiro, em reportagem divulgada pela revista Veja na edição desta semana.

Em agosto do ano passado, o empresário foi condenado pelo juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, em um processo da Operação Lava Jato, a 16 anos e 4 meses de prisão. O ex-presidente da OAS recebeu a condenação pelos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção e por pertencer a organização criminosa. ●



O ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro, foi condenado em um processo da Lava Jato

Números da Lava Jato

1.323
procedimentos instaurados

666
buscas e apreensões

181
conduções coercitivas

76
prisões preventivas

92
prisões temporárias

6
prisões em flagrante

Fonte: MPP (Última atualização: 22/08/16)

A saída de Moro

A cada nova fase de degradação da Operação Lava Jato, a expectativa do juiz federal Sérgio Moro, que conduz os casos na Justiça Federal em Curitiba, de ver o caso encerrado ainda este ano parece ficar mais distante. No mês passado, Moro afirmou que como a maioria das empresas investigadas já foi acusada ou julgada, o trabalho não deve demorar a acabar na primeira instância. Mas, se depender da força-tarefa que investiga o caso, a previsão do juiz pode não se confirmar.

23 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ocupação irregular de imóvel funcional enseja imposição de multa

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento à apelação da União contra a sentença da 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que julgou improcedente o pedido do autor de indenização por perdas e danos, equivalente ao valor locatício pela ocupação irregular de imóvel funcional, por entender que a retenção indevida do imóvel, após a rescisão do termo de ocupação em razão do falecimento do servidor, enseja a retomada do bem por meio de ação de reintegração de posse e a imposição de multa como sanção pela ocupação irregular.

Em seu recurso, o ente público, requer a condenação do ocupante ao pagamento

de indenização equivalente ao valor do aluguel devido ao tempo da ocupação irregular após a rescisão do termo de ocupação.

O relator do processo, desembargador federal Néviton Guedes, ao analisar o caso, acompanhou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que firmou orientação no sentido de ser incabível a indenização correspondente ao valor de locação do imóvel durante o tempo de ocupação irregular, uma vez que a situação referente a imóvel funcional está disciplinada por normas de Direito Administrativo, que não prevê a indenização, sendo aplicável somente a sanção de multa, prevista no art. 15, I, "e", da Lei nº 8.025/90.

23 AGO 2016

Paraná Portal - 23/8/2016

‘Botão do pânico’ para vítimas de violência doméstica segue para sanção

O projeto de lei que prevê a implantação e uso de um dispositivo de segurança preventiva, o chamado “botão do pânico”, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, foi aprovada em redação final na sessão desta segunda-feira (22) na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O dispositivo, quando acionado em situações de risco, proporcionaria um socorro mais rápido à vítima.

O projeto de lei nº 868/2015, da deputada Cristina Silvestri (PPS), foi aprovado com as alterações propostas por meio de substitutivo geral da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que procurou ajustar o projeto

CONTINUA

para que não configurasse vício de iniciativa. Com a votação final realizada o projeto seguirá para a sanção ou veto do governador do Paraná.

Pela proposta, o uso do “botão do pânico” acontecerá através ações integradas entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário, nas formas de parcerias e convênios.

Serão selecionadas para o uso do dispositivo “as vítimas de violências domésticas já protegidas por medida protetiva pelo Poder Judiciário, mediante avaliação específica e demais precauções legais”.

Por fim, a iniciativa determina que o “Poder Executivo regulamentará o uso do Dispositivo de Segurança Preventiva – DSP, ‘Botão do Pânico’, adequando sua implementação em todo o estado do Paraná, na medida das disponibilidades orçamentárias”.

(Com informações da Alep)